

Processos e Práticas de Avaliação de Centros Novas Oportunidades: O caso do CNO da Escola Secundária Gabriel Pereira¹

Processes and Practices Assessment Centres New Opportunities: The case of CNO High School Gabriel Pereira

Carmem Sofia Ravasqueira da Silva

Resumo

O artigo apresenta uma síntese de uma investigação que assentou na temática da Educação e Formação de Adultos, nomeadamente no processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Sob a configuração metodológica de um estudo de caso, a investigação teve como objeto de estudo o Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária Gabriel Pereira.

O trabalho de investigação realizado procurou não só analisar os resultados em matéria de satisfação pessoal e profissional, decorrentes da realização de um processo de RVCC, manifestados pelos diferentes intervenientes (adultos certificados, famílias e entidades empregadoras de adultos certificados e equipa técnico-pedagógica) como também, compreender até que ponto a avaliação do processo permite consubstanciar esses mesmos resultados.

A investigação realizada permitiu perceber, entre outras questões, que os resultados alcançados pelos adultos certificados são, do ponto de vista dos diferentes participantes, mais positivos no domínio da satisfação pessoal comparativamente à dimensão profissional.

Palavras-chave: *literacia; educação e formação de adultos; processo rvcc, metodologias de avaliação.*

Abstract

The article presents an overview of a research that was based on the theme of Education and Training of Adults, particularly in the process of Recognition, Validation and Certification of Competencies.

Under the methodological setup of a case study, the research object was to study the New Opportunities Centre from Secondary School Gabriel Pereira.

The research work tried not only to analyze the results in terms of personal and professional satisfaction, arising from the realization of the RVCC process, expressed by different stakeholders (certified adults, families and employers of certified adults and technical pedagogical team) as also, understand the extent to which the assessment process allows substantiate those results.

The research realized allowed to understand, among other issues, that the results achieved by certified adults are, from the different participants point of view, more positive in terms of personal satisfaction compared to professional dimension.

Keywords: *literacy; adult education and training; rvcc process, evaluation methodologies.*

¹ Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

Introdução

Este artigo foi elaborado, com base numa investigação realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado, tendo como principal objetivo o estudo dos processos e práticas de avaliação concretizadas por um Centro Novas Oportunidades [CNO] no âmbito da actual política de Educação e Formação de Adultos em Portugal consubstanciada nos processos de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências [RVCC].

A Iniciativa Novas Oportunidades [INO], devido aos meios e aos atores envolvidos, assume um estatuto de política pública educativa justificada pela baixa qualificação dos ativos portugueses. Como aspetos inovadores, destaca-se a forte visibilidade que lhe é conferida no plano político, tornando-se analogamente mediática.

O reconhecimento, a validação e a certificação de competências, à semelhança do que sucedeu noutros países da União Europeia, foi-se afirmando progressivamente na ordem do dia, passando a ser entendida como uma oportunidade privilegiada e única para os adultos verem reconhecidas formalmente as aprendizagens ocorridas em todos os seus contextos de vida.

Devido ao alcance atingido por esta política pública, a avaliação dos processos RVCC adquire uma grande importância durante a implementação do programa. Apesar de em Portugal os processos de avaliação constituírem um campo de investigação e de ação recente, observa-se que a avaliação é hoje reconhecida como uma modalidade essencial de promoção da melhoria do desempenho de qualquer organização ou medida política. A capacidade de autorregulação das organizações executoras afigura-se como essencialmente relevante. Neste sentido, a avaliação parece tornar-se num instrumento de melhoria de desempenho do centro e de promoção da sua sustentabilidade futura.

Assentando no pressuposto de que os processos de avaliação promovem o desenvolvimento e de certa forma a mudança em qualquer organismo que os desenvolve, decidiu-se aferir junto dos principais intervenientes do processo RVCC (adultos, famílias, entidades empregadoras e equipa técnico-pedagógica [ETP]), qual o seu posicionamento face à INO, nomeadamente ao processo RVCC desenvolvido pelo centro da escola secundária em questão.

A investigação realizada aspirou sistematizar um conjunto de informações que pudessem constituir um ponto de partida para uma análise e uma reflexão sobre as especificidades do processo RVCC desenvolvido pelo centro em destaque e do seu impacto na vida quotidiana dos adultos que dele beneficiaram.

Por forma a que os resultados constituíssem um ponto de partida para uma análise e uma reflexão sobre as especificidades do processo desenvolvido, a investigação recorreu a um leque variado de técnicas de recolha e tratamento de informação.

Como métodos de recolha de informação, priorizou-se tanto o inquérito por entrevista como por questionário.

As entrevistas semidirectivas assumiram o desígnio de recolher informação útil junto de alguns protagonistas do processo RVCC da Escola Secundária Gabriel Pereira [ESGP], nomeadamente todos os elementos da ETP a desempenhar funções no CNO da ESGP, familiares de alguns adultos já certificados, assim como representantes de entidades empregadoras de adultos que concluíram algum processo de certificação neste mesmo CNO. Como suporte argumentativo para a realização das entrevistas, foi criado um guião de entrevista.

Através do recurso ao inquérito por questionário, pretendeu-se auscultar o parecer de alguns adultos já certificados face ao modo de funcionamento do CNO da ESGP, nomeadamente ao desenvolvimento do processo RVCC.

Educação e formação de adultos em Portugal: breve enquadramento

Competências de literacia da população adulta portuguesa

O conceito de literacia surge, em Portugal, no decorrer destas duas últimas décadas e a sua definição assenta “na capacidade efetiva de uso das competências básicas de leitura, escrita e cálculo para o processamento de informação escrita, contida em diferentes suportes, nas suas vidas do dia a dia” (Gomes, 2003).

Os estudos extensivos de avaliação direta da literacia surgiram nos EUA nos anos 70, tendo sido progressivamente aperfeiçoados, quer a nível conceptual, quer metodológico.

No ano de 1994, teve início o primeiro estudo internacional de literacia [IALS – Internacional Adult Literacy Survey], cuja metodologia segue de perto os desenvolvimentos alcançados em pesquisas nacionais realizadas nos EUA e no Canadá. No que respeita a Portugal, o perfil de literacia da sua população foi estabelecido pela primeira vez com o Estudo Nacional de Literacia e confirmado com o IALS.

Com base nos dados publicados no relatório final do IALS, “a esmagadora maioria da população portuguesa evidencia competências de literacia muito reduzida” (Ávila, 2005:202). Segundo a mesma fonte, o perfil dominante da população enquadra-se no nível 1 (1), cerca de 70 a 80% de adultos.

Nas sociedades contemporâneas, a escola é o principal contexto no que respeita à aquisição de competências de leitura, escrita e cálculo. Os antecedentes históricos são um dos motivos que pode conduzir ao baixo perfil de literacia da população portuguesa. A escola foi expandida de forma insuficiente e tardia, comparando com outros países europeus. Tendo por base os dados publicados em 2005, “Portugal apresenta uma das mais elevadas percentagens da população com escolaridade inferior ao ensino secundário” (Ávila, 2005:210).

De acordo com as análises teóricas, depreende-se que Portugal tem sido um dos países que tem apresentado menos avanços no que respeita ao aumento da oferta e da qualidade de educação pré-escolar, do ensino básico, do ensino secundário e do ensino superior. Por consequência, é o país que tem “as percentagens mais elevadas de adultos com baixas competências de todos os países europeus” (DataAngel Policy Research Incorporated, 2009:120).

Gradualmente, os decisores políticos foram tomando consciência da necessidade de desenvolver algum trabalho ao nível da qualificação da população adulta. As medidas dirigidas apenas às crianças e jovens não revelavam o resultado desejado ao nível das competências em geral, reflexo das reduzidas taxas de natalidade portuguesas. “Alargar a participação em aulas de reforço de literacia de adultos e em programas do ensino secundário gerais e profissionais, especificamente concebidos para adultos com baixo nível de escolarização, torna-se urgente para ajudar a ultrapassar o subinvestimento” (idem).

Segundo Murray, citado por Ávila (2005), seria incontornável a aposta na educação e formação de adultos tendo em conta o posicionamento de Portugal no que respeita às distribuições de literacia e de escolaridade da população. Para o mesmo autor, a renovação geracional por si só revelara-se insuficiente para alterar tal situação.

Sendo Portugal um dos países que apresenta uma larga maioria da população com níveis baixos de literacia, tornam-se evidentes as desigualdades sociais. A participação em ações de formação, que poderia ajudar a melhorar os níveis de competências e de certificação dos adultos mais desprovidos, é muito baixa.

A problemática da aprendizagem, ou da educação, ao longo da vida atravessara não só as diferentes faixas etárias, como também as diferentes categorias sociais. Devido às transformações e exigências das sociedades contemporâneas, qualquer indivíduo, seja qual for a idade, nível de qualificação escolar ou situação socioprofissional, pode ter a necessidade de desenvolver novos conhecimentos e competências. As tarefas de crescente grau de complexidade requerem acrescidas capacidades em lidar com conhecimentos especializados e com informação escrita.

A aquisição contínua de conhecimentos e competências revela-se determinante no que respeita à participação ativa de um indivíduo na sociedade. De acordo com Gomes (2002), o uso de competências básicas como a leitura, a escrita e o cálculo tornam-se ferramentas indispensáveis para quem quiser funcionar eficientemente na sociedade e na economia existentes.

Pode-se considerar que para que o país consiga ser competitivo em termos de mercado, o desenvolvimento de políticas sociais dirigidas aos adultos pouco escolarizados devem ser uma realidade.

Educação de adultos – Iniciativa Novas Oportunidades

A educação e formação de adultos é vista como o setor mais crítico de um sistema de educação ao longo da vida em Portugal. É um setor que tem sido objeto de orientações políticas intermitentes, marcado por alguns avanços e recuos (Canário & Lima, 2008).

Apesar das medidas implementadas ao longo dos regimes políticos, as taxas de analfabetismo mantiveram-se elevadas, colocando assim Portugal a uma longa distância de alguns países da Europa, nomeadamente Espanha, França, Itália e Bélgica.

A política democrática de educação de adultos é uma condição necessária para se ultrapassar, de forma progressiva, os reduzidos níveis de escolaridade da população adulta em Portugal, resultante de várias décadas de desinvestimento político e de políticas públicas centradas no controlo social. Os níveis de literacia e de certificação escolar da população levam a que a formação de base dos adultos pouco escolarizados seja colocada no centro dos desafios a enfrentar.

Para Cavaco (2009), a política pública de educação de adultos em Portugal caracteriza-se pela ausência de linhas orientadoras, finalidades e pressupostos de intervenção. Lima (2008), acrescenta que a política da educação tem sido ao longo das últimas três décadas, um campo profundamente marcado por políticas educativas descontínuas, estando possivelmente em causa a ausência de grandes instituições educativas ou movimentos sociais com impacto na educação da população adulta. As lógicas político-educativas, as prioridades, as dimensões organizacionais e administrativas e mesmo os elementos de ordem conceptual mudam com frequência, interrompendo ou abandonando certas políticas para dar lugar a outras e assim sucessivamente (*in*, Canário & Cabrito 2008).

Em Portugal, só no Programa do XIII Governo Constitucional a educação foi considerada um domínio prioritário de intervenção. A dependência do paradigma escolar constituiu uma tendência que se acentuou durante a década de 90 e só nos finais desses mesmos anos, ocorreram significativas mudanças no campo da educação de adultos que se traduziram no desenvolvimento de novos modelos de educação e formação alternativos ao ensino recorrente e que conduziram igualmente à obtenção de uma certificação com equivalência escolar, mas estruturados a partir de novas metodologias bastante distanciadas dos modelos até aí privilegiados.

Foi neste governo que foi criada a Agência Nacional para a Educação e Formação de Adultos [ANEFA], “cujas linhas de ação passam exatamente pela educação e formação profissional de adultos, e a acreditação de competências informais” (Gomes 2002:26). A

ANEFA foi responsável pelo lançamento de um conjunto de iniciativas pertinentes, tais como: os cursos de Educação e Formação de Adultos [EFA], com dupla certificação escolar e profissional e a rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Ambos tiveram início em 2000 e foram dirigidos à população adulta, com idade igual ou superior a 18 anos, sem a escolaridade básica obrigatória, a qual passou, assim, a dispor destas duas novas modalidades como via para a melhoria dos seus níveis de qualificação.

Tendo em conta Melo, Matos e Silva (1999), as ofertas então criadas passaram a permitir a atribuição de uma certificação escolar e qualificação profissional como no caso dos Cursos EFA. Para o caso do RVCC foram criados centros que promoveram esta oferta, constituídos por entidades da sociedade civil que estabeleceram parcerias com o Estado. É criada uma rede nacional de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centros de RVCC), a partir da qual se promove o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, concebido e organizado pela ANEFA.

Segundo Melo, Lima e Almeida (2002), citados por Ávila (2005:322) apesar das diferenças existentes entre os dois projetos (EFA e RVCC), “ambos procuram ultrapassar algumas das insuficiências dos modelos de educação e formação de adultos até aqui existentes na sociedade portuguesa.”

Um pilar decisivo da estratégia do Governo para aumentar as competências da população ativa foi o desenvolvimento do programa Novas Oportunidades, iniciado em 2005. O reconhecimento, a validação e a certificação de aptidões e competências adquiridas passou a ser o novo ponto de partida para toda a educação e formação de adultos. A convicção de que uma parte significativa da população, com baixos níveis de qualificação certificada, é detentora desse conjunto de aptidões e competências, que nunca foram reconhecidas para efeitos de certificação, tornou-se uma das principais justificações para a implementação desta iniciativa.

Como política pública, a INO pretendeu responder às identificadas fragilidades dos sistemas de educação e de formação e, conseqüentemente, elevar os níveis de

produtividade, de competitividade e de desenvolvimento humano. Esta iniciativa permitiu converter os Centros de RVCC em Centros Novas Oportunidade.

Tendo por base os resultados alcançados pelo estudo realizado por Cardoso & Ferreira (2010), o processo de RVCC parece promover a criação de hábitos de literacia no adulto, mas também representa na perceção dos sujeitos mudanças positivas nos hábitos de literacia familiar. Visto terem sido percecionadas mudanças a este nível e que o número de adultos a frequentar atualmente este processo tem sido muito elevado, as autoras consideram que este é um espaço privilegiado que pode ser um importante contexto para promover a literacia na vida familiar.

A INO constituiu um programa de grande amplitude social e ambição no domínio da qualificação e da promoção da população portuguesa desenvolvido nas últimas décadas. Devido à forte mobilização de recursos e ao alcance atingido por esta iniciativa, a avaliação das intervenções adquire uma grande importância durante a implementação do programa, tornando-a indispensável.

Metodologias de avaliação

A INO constitui um programa de grande amplitude social e ambição no domínio da qualificação e da promoção da população portuguesa desenvolvido nas últimas décadas. Devido à forte mobilização de recursos e ao alcance atingido por esta iniciativa, a avaliação das intervenções adquire uma grande importância durante a implementação do programa, tornando-a indispensável.

Tendo por base o guia para a autoavaliação dos projetos, “um projeto experimental e inovador e que se desenvolve de forma dinâmica e evolutiva, tem na avaliação um dos seus pilares fundamentais” (*in*, Figueiroa & Pimenta, 2005:14). Estes autores defendem que os exercícios de avaliação devem ser contínuos, atendendo às dinâmicas e acontecimentos fundamentais do projeto. A avaliação deve ser encarada como um processo dinâmico em detrimento de um momento estanque.

À semelhança do que acontece com outros projetos, também na INO a participação de todos os agentes envolvidos na intervenção, em particular o público-alvo (adultos

inscritos no CNO) e todas as pessoas que, direta ou indiretamente, estejam implicados no projeto ou beneficiam das atividades realizadas e cuja perspectiva seja pertinente para a compreensão do processo, identificação e avaliação dos resultados, revela-se fundamental no que toca a questões relativas à avaliação. A autoavaliação a realizar por estes mesmos intervenientes promove a reflexão (auto)-crítica, sendo o resultado da mesma, o juízo que a equipa do CNO faz do seu trabalho.

Segundo Capucha *et al.* (1999:3.2), entende-se por avaliação, “processos de pesquisa científica que enfatizam a objetividade, a recolha de informação suficiente e a utilização de métodos rigorosos para alcançar resultados válidos, sistemáticos e fiáveis”.

Para Capucha, Almeida, Pedroso & Silva (1996:11), o principal objetivo da avaliação consiste em permitir que as pessoas e as instituições envolvidas na conceção, planeamento, gestão e execução das atividades julguem o seu trabalho e os resultados obtidos e aprendam com eles. Segundo os mesmos autores, a avaliação “serve fundamentalmente para melhorar a qualidade das intervenções” (*in*, Alves, Martins & Milheiro (2009:94).

Segundo Capucha, Almeida, Pedroso & Silva (1996), apesar dos diferentes processos de avaliação produzirem diferentes resultados, conhecimentos e aprendizagens, é possível apontar alguns contributos mais frequentes. Não só permitem uma melhoria do autoconhecimento das instituições, da forma com funcionam, como se aproximam e afastam dos seus objetivos como também permitem uma melhoria da condução e gestão dos programas. Outro contributo fundamental está relacionado com o facto de permitirem também uma melhoria dos processos de tomada de decisão, de definição de prioridades e de gestão estratégica.

Sendo a autoavaliação considerada, cada vez mais, como uma modalidade essencialmente importante para a melhoria do desempenho das organizações, surge neste sentido como um projeto essencial a desenvolver junto dos centros, não só pelo seu alcance político, como também pelos recursos monetários mobilizados.

Desde 2009 os Centros Novas Oportunidades passaram a ser submetidos a um mecanismo de autoavaliação exaustivo. Trata-se de um projeto que consistiu na

adaptação do modelo de autoavaliação Common Assessment Framework [CAf] às finalidades do projeto e ao contexto dos próprios centros.

A adaptação do modelo CAf foi realizada tendo em conta as especificidades dos centros, da Carta de Qualidade e do SIGO. A criação e implementação deste modelo de avaliação pretendeu acima de tudo, promover a melhoria do desempenho dos CNO's; induzir práticas de autorregulação da rede de centros e servir de base para a avaliação de maturidade organizacional da rede de centros (Melo, Jacinto, Caldeira *et al.*, 2009:11-13). Tem-se que os dispositivos de avaliação são para a grande maioria dos CNO's, mais do que uma imposição externa, na medida em que são normalmente encarados pelos mesmos, como uma possibilidade de melhoria ao nível do seu desempenho.

Principais resultados e conclusões

Partindo do pressuposto de a aprendizagem realizada pelas pessoas não se circunscreve a contextos formais de educação, o reconhecimento e validação de competências, ao valorizar a experiência do adulto e as diversas aprendizagens que dela decorrem, tem conhecido, globalmente na Europa e noutros países, um assinalável grau de adesão por parte da população menos escolarizada. Em Portugal, a INO desenvolveu um esforço de mobilização que levou muitos adultos a procurarem uma possibilidade de aumentarem as suas qualificações.

Com base na investigação realizada, é possível referir em traços gerais, que a certificação de competências teve um impacto bastante positivo na vida dos adultos, contudo, este impacto não foi sentido de igual modo por todos. Enquanto que em algumas pessoas esta certificação provocou alterações no seu percurso de vida, noutras a mudança não foi tão evidenciada. Também de um modo geral, percebeu-se que a esmagadora maioria dos inquiridos apresentou uma atitude bastante favorável face ao trabalho desenvolvido pelo CNO da ESGP.

Ao nível da dimensão “equipa técnico-pedagógica” percebeu-se que apesar de as razões que estão na origem da integração na equipa, nomeadamente por parte do formadores, não se encontrarem relacionadas com questões opcionais mas acima de tudo com uma situação de atribuição de horário «zero», a verdade é que a esmagadora maioria

reconheceu o trabalho desenvolvido como algo bastante positivo e marcante nas suas vidas, não só enquanto profissionais mas também enquanto pessoas. Estima-se que o espírito de equipa alcançado pelos elementos do centro e as relações humanas estabelecidas entre os diferentes intervenientes possam estar na base de tal manifestação.

De certa forma e salvo algumas exceções, a maioria dos elementos da ETP apresenta uma atitude positiva perante a INO, considerando-a como uma mais-valia para grande parte dos adultos que nela participam. Para além de reconhecerem que o processo RVCC fomenta hábitos de leitura e escrita, há muito perdidos pela maioria dos adultos, sentem que os efeitos da certificação podem ser mais expressivos em termos pessoais do que em termos profissionais. O aumento ao nível da autoestima e autoconfiança encontram-se no centro das principais mudanças apontadas. Para os diferentes elementos da equipa, a certificação de competências provocou nos adultos, uma tomada de consciência relativamente às suas capacidades, fazendo com que passassem a sentir-se mais capazes para enfrentar novos desafios na sua vida. Destaca-se também o facto de atribuírem especial realce aos efeitos positivos da certificação na vida dos indivíduos do género feminino, considerando que é nestes adultos que os mesmos são sentidos de forma mais significativa.

Para os elementos da equipa, as metas surgem no processo de reconhecimento como uma questão a melhorar, no sentido em que a quantidade exigida pela ANQ não se coaduna com o rigor e a qualidade que consideram necessário para o desenvolvimento do processo.

Outro aspeto merecedor de destaque ao nível desta dimensão prende-se com o impacto da certificação ao nível das famílias em entidades empregadoras. Para a ETP, o impacto varia muito conforme a família e consoante as prioridades levadas a cabo por cada entidade empregadora. Realça-se também o facto de apesar de considerarem que o impacto do processo pode ser positivo em termos pessoais para as mulheres, o regresso do elemento feminino à escola pode ser encarado como uma situação que pode provocar alterações na dinâmica familiar, nomeadamente ao nível do cuidado dos filhos e das tarefas domésticas.

Ao nível da dimensão “adultos” as principais mudanças sentidas pelos mesmos após a certificação alcançada, inserem-se na esfera pessoal, nomeadamente ao nível da realização pessoal, aumento do autoconhecimento e da autoestima, tendo-lhes sido validados conhecimentos e competências que até então não lhes eram reconhecidos. Salienta-se a importância de estas mudanças terem permitido aos adultos em geral, a tomada de consciência das suas competências e o alcance de uma maior confiança para assim darem continuidade ao seu percurso educativo e formativo.

Mas mudanças sentidas não se esgotaram na dimensão pessoal, acabaram por se estender ao nível da aquisição de conhecimentos relacionados com as novas tecnologias e com a aquisição de hábitos de leitura. Numa população pouco escolarizada como a portuguesa, onde o défice das mais básicas competências é fortemente inibidor da participação em sociedade, a aquisição e a consolidação de competências nestas duas dimensões parece constituir uma das mais importantes mais-valias da INO.

Tendo por base o estudo realizado, pode acrescentar-se que em termos profissionais o impacto não foi sentido de igual modo por todos os inquiridos na medida em que a esmagadora maioria revelou continuar no mesmo emprego e a desempenhar as mesmas funções. Apesar de tudo, e de só uma reduzida percentagem ter assumido uma progressão na carreira, pode-se acrescentar que de um modo geral, a certificação de competências fez com que os adultos passassem a sentir-se mais preparados para o desempenho do seu cargo devido às aprendizagens realizadas, sendo de salientar que a este nível, alguns acabaram por referir que passaram a considerar-se mais autónomos no que respeita à realização das duas funções.

Tomando em consideração a reflexão apresentada pelos adultos inquiridos sobre a sua passagem pelo CNO em causa, pode-se verificar que o grau de concretização das suas expectativas se apresentou elevado. O processo desenvolvido no local já referido, para além de ter ido ao encontro do inicialmente previsto, acabou mesmo por superá-lo.

Quando a análise se estende à qualidade do desempenho da equipa, percebeu-se que a avaliação realizada pelos adultos espelha um elevado grau de satisfação.

Quanto à dimensão “famílias”, verificou-se que os elementos participantes no estudo realizado apresentaram algumas características coincidentes. Todos, de um modo geral,

manifestaram uma atitude extremamente positiva face ao regresso do seu familiar à escola. Para além de valorizarem essa tomada de decisão, consideraram que poderá ser uma boa alternativa à rotina diária estabelecida. Não só os maridos ou as esposas, mas também os filhos apoiaram de forma substancial o regresso do seu familiar ao contexto escolar.

À semelhança do que foi apontado, tanto pela equipa técnico-pedagógica, como pelos adultos certificados, também as famílias consideraram que as principais mudanças no seu familiar, fomentadas pela certificação de competências, se fez sentir essencialmente na esfera pessoal, aumento na autoestima, na autoconfiança e ao nível da aquisição de competências relacionadas com as TIC.

Se por um lado as mutações ao nível pessoal podem conduzir a uma maior consciência das suas competências e uma maior confiança em prosseguir os estudos, por outro, a aquisição ou aprofundamento de conhecimentos no domínio da informática pode trazer um ganho substancial para a relação estabelecida com os filhos. O facto de ostentarem conhecimentos numa área que faz parte da cultura e identidade dos jovens dos dias de hoje poderá conduzir a uma aproximação dos pais à realidade dos filhos.

Com base na investigação, verificou-se que é nas famílias em que o elemento certificado foi o progenitor que se verifica uma maior mudança na relação pais-filhos. Esta situação leva a crer que se pode estar diante de uma mudança de mentalidades, em que os pais deixaram de encarar as questões associadas ao percurso escolar dos filhos como sendo uma responsabilidade essencialmente da mulher.

Considerando os dados obtidos durante as entrevistas às famílias de adultos certificados, acrescenta-se que o regresso à escola, nomeadamente ao processo RVCC, despertou nos adultos um interesse acrescido pela realidade escolar e pelas aprendizagens, dimensão que até então não era muito valorizada. Partindo do princípio que a representação que os pais têm da escolarização influencia a perceção que os filhos têm da mesma, pode-se concluir que o facto do processo RVCC provocar alterações, em termos positivos, na forma de encarar a realidade escola, faz com que se apresente como uma mais-valia neste sentido.

De um modo geral, constatou-se que os adultos que antes da certificação não participavam muito na vida escolar dos filhos passaram a fazê-lo a partir do momento em que tomaram consciência das suas competências intelectuais. Passaram a sentir-se mais capazes para ajudar os filhos no seu percurso escolar.

Ao contrário do que foi apontado pela equipa técnico-pedagógica, o regresso do familiar à escola, incluindo os elementos do género feminino, foi encarado como algo bastante positivo pela maior parte das famílias. Apesar de reconhecerem que o período de frequência escolar em que o seu familiar se ausentou do espaço doméstico se apresentou de certa forma complicado em termos de gestão familiar, consideraram que acabou por ser estrategicamente ultrapassável. O fortalecimento dos laços estabelecidos entre os diferentes elementos familiares acabou por ser um dos grandes dividendos retirados desta experiência vivenciada.

Quanto à abertura de novas portas em termos profissionais, observou-se um sentimento semelhante em praticamente todas as famílias, mantêm-se uma esperança numa possível evolução na carreira mesmo reconhecendo que até ao momento, de um modo geral, tal não se verificou.

No que à dimensão “entidades empregadoras” diz respeito, verificou-se através do estudo realizado, que todas revelaram ter tomado conhecimento acerca da certificação alcançada pelos seus colaboradores. A atitude bastante positiva que manifestaram em relação ao processo RVCC em geral e ao desenvolvido pelo CNO da ESGP mais especificamente, embora não tenha sido possível fazer-se grandes generalizações devido ao reduzido número de entrevistas conseguidas, parece indicar que de alguma forma, as entidades empregadoras passaram a apresentar uma melhor abertura e uma maior sensibilidade face a este tipo de processos.

Apesar de confirmarem que não houve uma repercussão direta em termos de progressão na carreira após a certificação, a esmagadora maioria dos elementos entrevistados referiu que o reconhecimento verbal foi uma medida adotada por si. Chamaram também a atenção para o facto de este reconhecimento poder vir a ser ainda mais evidente no momento em que procederem à avaliação do colaborador em causa.

Numa análise mais transversal o estudo permitiu verificar que não são apenas as empresas de maior dimensão que apresentam um maior investimento na formação dos seus colaboradores e onde o impacto do processo RVCC é sentido como mais significativo, conforme referido por alguns elementos da equipa técnico-pedagógica. Através dos resultados obtidos, e tendo em conta que as entidades entrevistadas representam diferentes realidades, constatou-se que esta diferenciação não foi manifestada.

À semelhança do que sucedeu nas dimensões de análise, também neste ponto de reflexão é possível apontar a aquisição de conhecimentos ao nível das TIC como uma das mudanças sentidas. As competências adquiridas neste domínio representaram uma mais-valia também para as entidades empregadoras, na medida em que consideraram que esta aquisição pode preparar os seus colaboradores para uma realidade que passa pelo uso das novas tecnologias no decorrer do desempenho das suas funções.

Com base nos dados apurados, percebeu-se que se verificou a existência de um equilíbrio na avaliação realizada pelos principais protagonistas do processo RVCC desenvolvido por este mesmo CNO.

Ao constituir uma oportunidade para cumprir o projeto de escolarização do adulto e ao provocar mudanças profundas na perceção de si próprio e das suas competências, o processo RVCC parece contribuir para uma maior integração e adaptação dos adultos certificados às exigências da sociedade atual. Estas mudanças acabam por se repercutir na sua vida familiar e profissional na medida em que, ao terem uma imagem mais positiva de si próprios e ao considerarem que são mais capazes, faz com que haja, por um lado, um aumento e uma melhoria ao nível do seu envolvimento parental nas questões de carácter escolar dos seus filhos e, por outro, uma maior confiança no desempenho das suas funções.

Notas de texto

Nível 1- Aquele onde se incluem as pessoas cujas competências são de tal forma escassas que, quando muito, lhes permitem resolver apenas tarefas elementares de leitura, escrita e cálculo.

Nível 2- Indivíduos que são capazes de lidar apenas com materiais escritos muito simples e relativamente aos quais as tarefas envolvidas são pouco complexas.

Nível 3- É considerado o nível mínimo para responder às exigências do dia a dia em sociedades avançadas e complexas.

Nível 4 e 5- Corresponde aos indivíduos que demonstram capacidades de processamento de informação escrita de grau elevado. (Fonte: IALS - (Ávila, 2005)).

Referências bibliográficas

Alves, J.; Milheiro E. & Martins, A. (2009). Avaliação independente de projetos EQUAL. Reflexões e propostas de uma experiência. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 17, 93-110.

Ávila, P. (2005). *A Literacia dos Adultos: Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Canário, R. & Lima, L. (2008). Chegou a hora de agirmos. Revista O Direito de Aprender. Acedido a 14 de dezembro de 2010 em http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=180&Itemid=30

Canário, R. (2008). *Educação de Adultos: Um campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.

Canário, R. & Cabrito, B. (Org.) (2008). *Educação e Formação de Adulto: Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa.

Capucha, L. et al. (1999). *Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais*. Módulos PROFISS. Lisboa: Ministério do Trabalho e Solidariedade.

Capucha, L.; Almeida, J.; Pedroso, P. & Silva, J. (1996). Metodologias de avaliação: O estado da arte em Portugal. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 22, 9-27.

Cardoso, C. & Ferreira, J. (2010). Os adultos no contexto do processo de RVCC: uma abordagem das representações e práticas da leitura e da escrita. In Salgado, L. et al. *A Educação de Adultos: uma dupla oportunidade na família*. Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (157-168).

Cavaco, C (2009). *Adultos pouco escolarizados. Políticas e Práticas de Formação*. Lisboa: Educa.

DataAngel Policy Research Incorporated (2009). *A dimensão económica da literacia em Portugal: uma análise*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação.

Figueiroa, D. & Pimenta, M. (2005). A Autoavaliação nos Projetos Equal. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 11: 13-22.

Gomes, M. (2005). Percursos de Literacia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 69-97.

Gomes, M. (2003). Literexclusão na vida quotidiana. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, 63-92.

Gomes, M. (2002). *Literacia e Educação de Adultos: Percursos, Processos e Efeitos. Um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (4º Curso de Mestrado em Ciências Sociais), Lisboa.

Lima, L.; Pacheco, J.; Esteves, M.; Canário, R. (2006). *A educação em Portugal (1986/2006). Alguns contributos de investigação*. Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Melo, A. & Benavente A. (1978). *Educação Popular em Portugal (1974/1976)*, Lisboa: Livros Horizonte.

Melo, A.; Matos, L. & Silva, O. (1999). *S@ber+. Programa para o Desenvolvimento e Expansão da Educação e Formação de Adultos em Portugal (1999-2006)*. Lisboa: ANEFA.

Melo, R.; Jacinto, F.; Caldeira, H.; et al. (2009). *Iniciativa Novas Oportunidades. Primeiros Estudos de Avaliação Externa. Autoavaliação de Centros Novas Oportunidades. Adequação do SIGO às necessidades de avaliação*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P..

Notas sobre o autor

carmem.sofia.silva@hotmail.com

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação de Portalegre

Licenciada em Psicologia da Educação e Orientação Vocacional pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Mestre em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local pela Escola Superior de Educação de Portalegre desde Maio de 2012.

Desempenho de funções como Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento no CNO da ESGP, de Setembro 2008 a Fevereiro de 2012, e atualmente como Psicóloga no Lar de Infância e Juventude na Fundação Asilo Nossa Senhora do Perpétuo Socorro em Veiros.